INTERVENÇÃO EDUCATIVA PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Francisca Luana Costa Rodrigues[1]
Dandara Araújo Viana[2]
Paula Marciana Pinheiro De Oliveira[3]

RESUMO

A Estatística Nacional descreve que Pessoas com Deficiência constituem 23,9% da população, ou seja, 45,6 milhões de indivíduos. Um quantitativo representativo na população. Assim, torna-se necessário sensibilizar e capacitar os profissionais que lidam diretamente com esta população como os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para agir e se comunicar de maneira ideal com esta clientela; priorizar ações de promoção da saúde, além da identificação desse público. Foi então pertinente realizar intervenção educativa com Agentes Comunitários de Saúde sobre conceitos e classificação referente à temática Pessoa com Deficiência (PcD). Esta foi uma pesquisa-ação, cuja intervenção educativa foi sobre os conteúdos supracitados. Foi avaliado o conhecimento antes e após a estratégia educativa. Esta intervenção teve o propósito de auxiliar os Agentes Comunitários de Saúde na capacitação e sensibilização para a comunicação e assim efetividade da assistência e do cuidado. Obteve-se um aumento de 10,43% de acerto dentro das questões de alta complexidade, 21,35% nas de média e uma diminuição de 11,8% nas de baixa complexidade. Tais dados evidenciam um viés dentro dos instrumentos, que foi a diferença de assuntos dentro de um mesmo nível de complexidade, quando comparado pré-teste e pós-teste. Porém, o aumento significativo de acerto nas questões como um todo apresentou aspectos positivos que reforçam sua relevância dentro do meio acadêmico, no curso de graduação de Enfermagem e no que concerne ao meio social e de atuação dos profissionais capacitados.

Palavras-chave: agentes comunitários de saúde; distribuição espacial da população; pessoas com deficiência; conhecimento.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará, Discente, luana@aluno.unilab.edu.br[1]
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará, Discente, dandara.av1@hotmail.com[2]
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará, Docente, paulapinheiro@unilab.edu.br[3]

ISSN: 2447-6161

INTRODUÇÃO

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, considera-se Pessoa com Deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que possa intervir sua participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015). No Brasil, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que 23,9% da população total apresenta deficiência, número esse que corresponde a cerca de 45,6 milhões de pessoas. Apesar desta vasta representatividade, o público com deficiência ainda sofre com iniquidades relacionadas ao setor educacional, socioeconômico e principalmente no que diz respeito à assistência à saúde. Os indicadores de saúde são os piores quando se compara as demais pessoas sem deficiência, se não suficiente enquadram baixo nível educacional, possuem inferior oportunidade econômica e taxas elevadas de pobreza (RUIZ et al., 2013). Neste cenário, observa-se a importância de os profissionais de saúde identificarem essa clientela, direcionando um olhar equitativo, a ponto de promover ações baseadas em suas peculiaridades e reais necessidades, sobretudo ações de Promoção da Saúde e Prevenção de doenças. A categoria de ACS se encontra em lugar privilegiado no que concerne à viabilização do acesso aos serviços e fortalecimento das ações de promoção e prevenção de agravos e doenças (ALONSO; BÉGUIN; DUARTE, 2018). Junto às PcD, os ACS poderão auxiliar na qualidade de vida e identificação das demandas e principais necessidades destas, além de intervir no que for possível e legalmente capaz. É indiscutível a centralidade do trabalho do ACS na atenção primária, como principal agente de integração do usuário ao Sistema Único de Saúde (SUS) (SILVA, 2018). Contudo, as dificuldades de acesso aos serviços de PcD é ainda uma das grandes fragilidades na atenção à saúde das Pessoas com Deficiência (VARGAS, 2016). O que ocorre devido às diversas barreiras de infraestrutura e comunicação que compõem a rede, mas também pela disponibilidade e formação dos profissionais (MACHADO et al, 2018; VARGAS, 2016). Cabral, Gleriano e Nascimento (2019) identificam em seus estudos que o treinamento ofertado a esses profissionais não é suficiente para o adequado desempenho de suas funções. Há uma disparidade entre as competências exigidas e a capacitação técnica ofertada ao ACS no Brasil. As visitas domiciliares de grupos prioritários, incluindo às PcD, e cadastramento de famílias no Siab e e-SUS AB, atividades de promoção e prevenção estão entre as funções primordiais do ACS (BARRETO et al, 2018; VARGAS, 2016). Assim, voltando-se para atuação dessas funções junto à PcD, exige-se desses profissionais a compreensão de conceitos em torno da deficiência, habilidades e atitudes para as devidas intervenções, orientações e encaminhamentos necessários (MUSSE, 2015). Ainda nessa perspectiva, Bezerra, Silva e Maia (2015), trazem a capacitação técnica dos Agentes Comunitários de Saúde como fundamentais para a qualificação da atenção à saúde das PcD. Dada relevância, ofertar capacitação para esses profissionais e avaliar esse aprendizado torna-se essencial, devido aos benefícios para ACS e PcD que envolve tanto a dimensão teórica quanto a dimensão prática que perpassa o direito à saúde das Pessoas com Deficiência.

METODOLOGIA

Este foi um estudo de pesquisa-ação, onde pesquisadores e participantes estavam envolvidos e juntos, refletiram para elucidar o problema (MARQUES, 2016). Também configurou-se como descritivo, exploratório e comparativo com abordagem quantitativa. O estudo foi realizado nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Redenção/CE no período de março a dezembro de 2021. A população do estudo foi constituída por ACS, profissionais das UBS do município, excetuando 13 ACS já contemplados em estudo anterior e ACS que se encontravam de férias, licença saúde ou não compareceram aos encontros agendados. Utilizou-se instrumento de coleta de dados antes e após intervenção educativa para identificação do conhecimento sobre PcD. Este foi composto por duas partes, a primeira, o perfil sociodemográfico e dados de atuação do profissional e a segunda contempla questões objetivas referentes ao conhecimento sobre PcD, que foi

ISSN: 2447-6161

adaptado de um questionário semi estruturado validado em estudo anterior (VASCONCELOS et al., 2015). A primeira etapa contemplou a apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), nesta também, o pesquisador preparou a capacitação. Para tal, fez-se uso do manual "Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência" (LIMA, 2018). O referido material supracitado foi selecionado após estudo nas Universidades Públicas que trabalham sobre a temática. Ainda nesta primeira etapa, o pesquisador realizou contato telefônico com a coordenação da Atenção Primária em Saúde para acessar as UBS e Secretarias de Saúde e agendamento de encontro presencial, a fim de apresentação da proposta. Na segunda etapa ocorreu o encontro presencial entre pesquisador e coordenador(a) das UBS, sendo este para expor o projeto e receber autorização para sua realização. Nessa etapa foram agendadas datas e efetivadas as capacitações com os ACS. Na data prevista, todos os profissionais foram orientados quanto ao estudo e seus respectivos objetivos, sobretudo a importância da participação de cada um. Os ACS que aceitaram o convite, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e receberam o treinamento. Esse treinamento iniciou-se com a aplicação de um instrumento para identificação do conhecimento prévio dos ACS sobre a temática de PcD. Em seguida, a capacitação, na qual apresentou-se os conceitos e classificação em exposição por Slides. Logo após, foram realizadas leituras específicas de aspectos apontados no Manual. A terceira e última etapa, que se refere ao pós-teste, foi realizada seguindo três meses de intervenção educativa. A aplicação do instrumento e contato com os participantes ocorreu por meio de contato virtual (mensagens telefônicas, formulários digitais e ligações telefônicas). Nessa etapa, os participantes receberam o questionário individualmente e realizaram o preenchimento de forma online (correio eletrônico e ligações telefônicas). Para a análise, os dados foram transcritos e organizados em planilhas e tabelas. Os aspectos éticos foram respeitados segundo resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Para realização da pesquisa, submissão e aprovação do CEP, convite e assinatura do TCLE foram efetivadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante o quantitativo total de ACS do município (65), 35 participaram da pesquisa. 13 agentes já haviam sido capacitados em estudo anterior, quatro estavam de férias no momento de coleta da sua respectiva UBS, seis encontravam-se de licença saúde e sete não compareceram na data agendada. As três primeiras questões foram de baixa complexidade, onde foram obtidos 74%, 77,14% e 91,42%, de acertos no pré-teste, que foram respondidas com as seguintes abordagens da temática: tipo de deficiência adquirida, língua de sinais e identificação da deficiência. No pós-teste, alcançou-se o resultado de 65,70%, 85,70% e 57,10%, de acertos, onde existiam questões mais elaboradas em relação ao pré-teste, com a justificativa de que os participantes passaram por capacitação e as abordagens estavam relacionadas a fatores que podem causar deficiência, formas de prevenir e períodos históricos da temática. Os participantes tiveram, então, uma porcentagem geral de 80,85% no nível de baixa complexidade no pré-teste e de 69,50% no pós-teste, e mesmo havendo diferença de 11,35% para menos, não justifica que a intervenção não foi bem-sucedida, levando em conta a elaboração das questões e os assuntos abordados, além de que, os achados encontrados na diminuição dos acertos nas questões de baixa complexidade também podem estar relacionados a possibilidade de obviedade na resposta vista pelo participante. As questões de quatro até sete foram de média complexidade, e foi possível obter, 22,85%, 62,85%, 77,14% e 48,57% de acertos no pré-teste, que foi composto por assuntos como períodos históricos da temática, tecnologias, fatores que podem causar deficiência e atividades praticadas por pessoas com deficiência. No pós-teste, os resultados foram 94,20%, 62,85%, 91,40% e 48,50%, com abordagens como maneiras corretas de se comportar da sociedade, terminologias, obstáculos e barreiras. Nesse, as porcentagens gerais de média complexidade foram 52,85% no pré-teste e 74,20% no pós-teste, demonstrando a evolução dos participantes após intervenção, que,

ISSN: 2447-6161

mesmo com questões mais elaboradas, conseguiram um percentual de 21,35% de acertos a mais. Por fim, as questões de alta complexidade contemplaram de oito até dez em ambos os testes, resultando no achado de acertos de 68,57%, 71,42% e 80% no pré-teste, com assuntos como comunicação em braile, fatores que podem causar deficiência e definição de tipos de deficiência. Também foram achados resultados de 82,80%, 85,70% e 82,80% de acertos no pós-teste e questões abordando tecnologias, fatores que podem causar deficiência e maneiras corretas de se comportar da sociedade. Obteve-se as porcentagens gerais de 73,33% no pré-teste e 83,76% no pós-teste, em alta complexidade, apresentando, novamente, evolução nas respostas dos participantes, mesmo com as questões mais elaboradas.

CONCLUSÕES

Percebeu-se que alguns assuntos foram melhores compreendidos que outros e cabe-se destaque para as maiores compreensões, em temas como maneiras de prevenir alguma deficiência, comportamentos corretos diante de uma pessoa com deficiência, quais obstáculos são enfrentados por PCDs na sociedade, quais tecnologias contribuem para a qualidade de vida de PCDs e quais fatores podem causar alguma deficiência. Observados os resultados do presente estudo, pode-se concluir que os profissionais participantes da pesquisa podem agora executar suas atividades de trabalho de forma mais eficiente e resolutiva, pois serão detentores de conhecimentos específicos. E, somado a isso, a possibilidade de identificação de demandas e necessidades da clientela PcD e assim efetivação de futuras intervenções específicas a essa área, que possam contribuir com a Promoção da Saúde.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Deus, à minha família, aos meus amigos, à minha orientadora, aos meus parceiros de projeto, à Instituição, aos professores, aos funcionários, à pro-reitoria de extensão pela concessão de bolsas.

REFERÊNCIAS

ALONSO, C.M.C; BÉGUIN, P. D.; DUARTE, F.J.C.M. Trabalho dos agentes comunitários de saúde na Estratégia Saúde da Família: metassíntese. Rev. Saúde Pública, v. 52, 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.11606/s1518-8787.2018052000395

BARRETO, I. C. H. C. et al. Complexidade e potencialidade do trabalho dos Agentes Comunitários de
Saúde no Brasil contemporâneo. Saúde em Debate, v. 42, p. 114-129, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-11042018S108

BEZERRA, T. V.; SILVA, M. A.; MAIA, E. R. Acesso da pessoa com deficiência à atenção primária no Brasil: limites e possibilidades. Cadernos de Cultura e Ciência, v. 14, n. 2, p. 65-74, 2015. DOI: http://dx.doi.org/10.14295/cad.cult.cienc.v14i2.985

BRASIL. Presidência da República. Lei No 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de
Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

LIMA, M. M. N. Manual sobre acessibilidade e inclusão do aluno com deficiência no ensino básico. Redenção: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2018.

MACHADO, W. C. A. et al. Integralidade na rede de cuidados da pessoa com deficiência. Texto &

ISSN: 2447-6161

Contexto-Enfermagem, v. 27, n. 3, 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072018004480016

MARQUES, A. D. et al. Pesquisa-ação na perspectiva da enfermagem em educação ambiental: da teoria à

prática. Rev. enferm. UFPE on line, p. 1155-1161, 2016. DOI: 10.5205/reuol.8702-76273-4-SM.1003201628

MUSSE, J. O. et al. Avaliação de competências de Agentes Comunitários de Saúde para coleta de dados

epidemiológicos. Ciência & Saúde Coletiva, v. 20, p. 525-536, 2015. DOI: 10.1590/1413-81232015202.01212014

RUÍZ, C. P. S. et al. Barreras contextuales para la participación de las personas con discapacidad física.

Salud UIS, v. 45, n. 1, p.41-51, 2013.

SILVA, H. P. R. et al. O papel do agente comunitário de saúde frente ao desafio da nova política nacional

de atenção básica. Saberes Plurais: Educação na Saúde, v. 2, n. 3, p. 83-90, 2018.

VARGAS, S. C. et al. Assistência à saúde da pessoa com deficiência nos serviços públicos de saúde: um

estudo bibliográfico. Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção, v. 1, n. 1, p. 224-234, 2016. DOI:

http://dx.doi.org/10.17058/reci.v1i1.8173

VASCONCELOS, F. K. A. et al. The Learning of Adolescent Students about the Disabled Person Using

Board Game. Open Journal of Nursing. v. 5, p.173-180, 2015. DOI:

http://dx.doi.org/10.4236/ojn.2015.53021

ISSN: 2447-6161